

Eixo 5: Política educacional, direitos humanos e diversidade social e cultural

“POBLEMA, POBEMA OU PROBLEMA? VALE TUDO AGORA, SEM PRECONCEITOS?”

Danielle Christiane da Silva Viveiros
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
danielle_christiane@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos midiáticos produzidos desde 2011 referentes à polêmica publicação e distribuição do livro didático “Por uma vida melhor”, da coleção “Viver, Aprender” pelo MEC (Ministério da Educação) endereçado aos alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Em particular, trataremos das reações públicas ao capítulo destinado à variabilidade linguística com a intenção de discutir o preconceito e a intolerância na linguagem. Os discursos produzidos em torno do acontecimento serão estudados a partir da arqueogenealogia do saber de Michel Foucault, uma vez que se compreendem esses discursos como dispositivos de poder e saber.

PALAVRAS-CHAVE: Variabilidade Linguística; Discurso; Relações de Poder.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema à polêmica em torno da distribuição do livro didático “Por uma vida melhor”, da coleção “Viver, Aprender”, destinada aos alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) pelo MEC (Ministério da Educação). Não haveria nada de mais na obra, não fosse o fato de que, explicitamente, ela sanciona o uso das “variedades da fala popular” e defende essa abordagem para atrair e melhorar a autoestima desses educandos.

Assim, o objeto de estudo deste trabalho é analisar os diferentes discursos midiáticos desde 2011 referentes à repercussão da publicação de um livro didático com “erros gramaticais”, aprovado pelo MEC. Sabe-se que afirmar que o “errado” é “certo” já é, por si só, questão controversa. E mais ainda, se a alegação for eivada de intenções político-ideológicas. Desse modo, pretendem-se analisar quais são os jogos de poder e saber que perpassam esses discursos a partir da arqueogenealogia foucaultiana?

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O DISCURSO E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Cabe salientar que a noção de discurso deste trabalho está intimamente relacionada ao *uso e/ou práticas discursivas*. Segundo Fairclough (2001, p.101), concebe-se o discurso como o resultado linguístico e, conseqüentemente, ideológico, dentro de uma esfera maior: *prática social*, com vistas à transformação social; em suma, “discurso como texto”.

Dessa maneira, numa perspectiva interacional, a relação entre o discurso e a variabilidade linguística, levando em consideração as relações de poder entre os interlocutores, foi a articulação teórico-metodológica tomada por este trabalho, que, não desmerecendo o conceito de “estilo formal” (Labov, 2008), prioriza uma noção de discurso (in)formal e misto uma vez que percebe a materialidade (a forma) como intimamente ligada à constituição dos discursos, ou melhor, os comportamentos linguísticos do indivíduo dão ao seu discurso uma natureza (uso) essencialmente formal ou informal, sem reduzi-lo a um “tom” ou “estilo”. Portanto, de acordo com Almeida (2011), nega-se a noção de assujeitamento da Análise do Discurso, visto que o sujeito tem consciência de seu comportamento (linguístico) mediante a estruturação de suas práticas discursivas.

Desse modo, essa análise considerou os estudiosos *ligados às Ciências Humanas que tratam do estudo da linguagem visto que linguagem é um comportamento social e manifestação de poder* – Foucault (1996), da Filosofia e Bourdieu (2008), da Sociologia.

Para Foucault (1996, p.46), em *A ordem do discurso*, “o discurso seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido.” Nessa perspectiva, o discurso, além de tomado como processo, traz consigo a dupla possibilidade da língua ser instrumento do pensamento ou do pensamento estar limitado aos recursos da língua. De uma forma ou de outra, segundo Almeida (2011), Foucault destaca a relação íntima entre língua e pensamento na construção do discurso.

Sobre a *relevância do signo e do outro*, Foucault chega à conclusão de que:

O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, e de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 1996, p.49)

Nessa concepção de discurso como processo, o autor classifica-o como “jogo”, hierarquizando em primeiro plano o aspecto formal; em segundo, a leitura ou interpretação que o outro faz do discurso; e, por último, mas reintegrando o segundo, Foucault classifica o jogo do discurso como uma troca.

Para Hymes (1966 *apud* Bortoni-Ricardo, 2004, p. 73) há um novo conceito frente ao “uso contextualizado” de uma língua – o de *competência comunicativa*, “que é bastante amplo para incluir não só as regras que presidem a formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala [e da escrita].” Nesse âmbito, para

Almeida (2011), o autor deixa clara a imposição das convenções sociais e culturais que devem ser obedecidas para que o falante seja reconhecido como competente. Falar (e escrever) é mais do que organizar signos linguísticos numa sequência lógica.

O conhecimento e o reconhecimento prático das leis imanes de um mercado, e das sanções através das quais elas se manifestam, determinam as modificações estratégicas do discurso, quer se trate do esforço para ‘corrigir’ uma pronúncia desvalorizada em presença de representantes de pronúncia legitimada e, por extensão, de quaisquer correções tendentes a valorizar o produto linguístico mediante a mobilização mais intensa dos recursos disponíveis... (BOURDIEU, 2008, p.66)

Assim, conhecer e reconhecer a aceitabilidade de um comportamento linguístico implica proximidade com a cultura do outro. Mas, segundo Tarallo (1997, p.19), “no ambiente escolar espera-se por um ‘legado histórico’, que se utilize a variante de prestígio social, embora o dialeto culto não seja o vernáculo propriamente falado pela maioria dos nativos em situações naturais.”

Desse modo, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (Gnerre, 1985, p. 4).

Dito assim, para Almeida (2011), a variedade linguística não-culta e/ou não-padrão é desvalorizada, quando não discriminada, pois representa o falar daqueles que, em princípio, nasceram em localidades rurais e não alcançaram o nível superior. Em suma, a variedade linguística culta e/ou padrão é aquela “hipoteticamente” utilizada pela camada econômica e socialmente favorecida. Logo, investida desse poder, essa classe ao longo dos séculos impôs sua cultura erudita como oficial, ou, propriamente, como sinônimo de cultura, e, conseqüentemente, seu comportamento linguístico como superior (oficial) ao das camadas desfavorecidas da sociedade.

Embora seja comum a discriminação até mesmo pelos professores, independentemente de sua origem, dos dialetos não-padrão utilizados por seus alunos (Lyons, 2009, p. 214), na atualidade, Bortoni-Ricardo (2005, p. 175) diz que há avanços, aceitação e o interesse pelo estudo da variação linguística, uma vez que no passado ela fora considerada “uma ruptura da unidade do sistema.” Para a autora, essa variação cumpre duas finalidades: “(a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 175).

De acordo com Almeida (2011), “mesmo legitimada pelos especialistas da área, estudada nos cursos de Letras e figurada como componente curricular no ensino médio

público e particular no Brasil, a variação linguística, ou o uso de dialetos diferentes em algumas práticas sociais (práticas discursivas), ainda encontra pouca aceitação pelos falantes nas práticas cotidianas.”

Cabe ao arqueogenealogista interpretar ou fazer a história do presente, mostrando que transformações históricas foram as responsáveis pela nossa atual constituição como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas e dotados de uma subjetividade. (ARAÚJO, 2008, p. 103).

Com base no exposto e relacionando variabilidade linguística, discurso e prática social, tendo o *sujeito como consciente* de suas estratégias discursivas, pauta-se a análise dos discursos propagados sobre o livro didático “Por uma vida melhor”.

2. OS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO “POR UMA VIDA MELHOR”

Como já mencionado, a distribuição do livro didático “Por uma vida melhor”, da coleção “Viver, Aprender”, aos alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) pelo MEC (Ministério da Educação) em 2011 gerou uma polêmica. Na capa do livro desde 2011 até 2013.



Figura 1: Livro Didático “Por uma vida melhor” para a EJA

Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância:
a que envolve o verbo. Observe seu
funcionamento:

Figura 2: Trecho 1 do Livro “Por uma vida melhor” para a EJA

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.^a pessoa, plural

pega → 3.^a pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.^a pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)

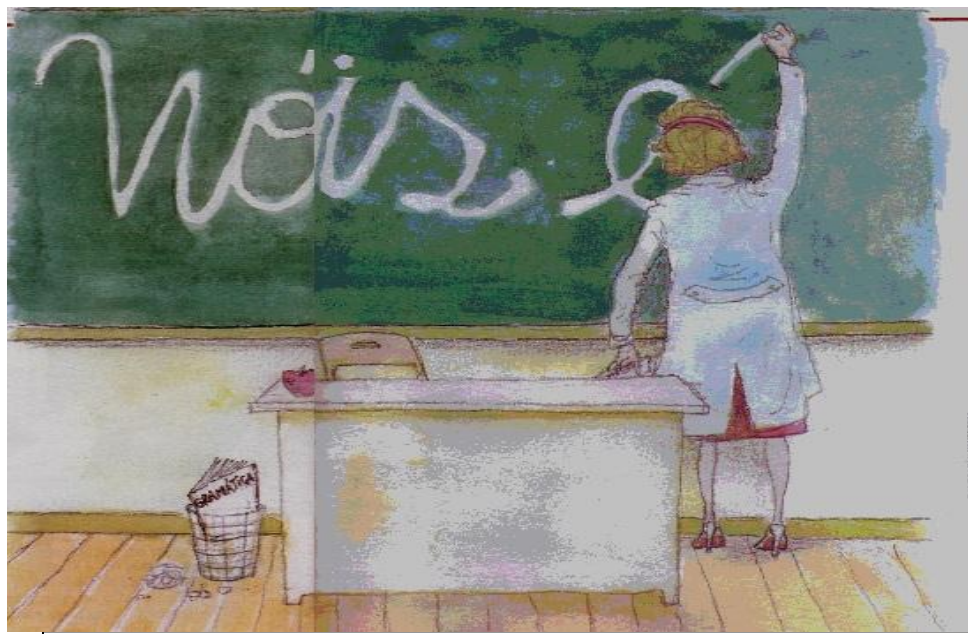
pega → 3.^a pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

Figura 3: Trecho 2 do Livro “Por uma vida melhor” para a EJA

Sobre essa polêmica, vários textos foram escritos. A *Revista Veja*, edição 2218, ano 44, nº. 21, 25 de maio de 2011, publicou na seção “Educação” um texto intitulado: “Os Adversários do Bom Português” (p. 86 e 87) que nomeia como “absurda” a tese de que não existe certo ou errado no uso da língua e que isso afastará os alunos do que eles mais precisam para ascender na vida.

Diz a educadora Maria Inês Fini, em entrevista para a revista (p.86) que: “A escola que não enfatiza a norma culta da língua está excluindo seus alunos da cultura dominante, que todos devem almejar e à qual devem ter acesso.” A reportagem traz um desenho de uma professora escrevendo na lousa “Nóis é” e a “gramática” dentro do cesto do lixo, como se observa na figura 4 abaixo:



De acordo com Betti e Lima (2011, p. 86 e 87), autoras da reportagem “Os Adversários do Bom Português”,

(...) o motor ideológico dos obscurantistas se move em torno da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: “O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância”. Essa visão mesquinha deturpa a sociolinguística, ramo de estudo focado nas variações de uso de um idioma – o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar “nóis vai” ou “nós pegou o peixe” e que, se alguém as admoestar, é por “preconceito linguístico”. Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. (*Revista Veja*, 25 de maio de 2011, p.86 e 87)

A deputada Cidinha Campos, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – pediu a proibição da comercialização do livro e a retirada do mercado dos exemplares que, por ventura, já tivessem sido vendidos. Na ação ajuizada na 1ª. Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio, foi requerida também indenização por danos morais coletivos.

No dia 21 de maio de 2011, a deputada declarou para o sítio “O Globo.com” que

É inaceitável que um fornecedor de material ligado à educação, sob o pretexto de acabar com a discriminação linguística, imponha, deliberadamente, sem a participação popular, a modificação da língua oficial falada e escrita de um país. Como uma editora pode classificar como didático um material que tão somente representa o entendimento pessoal de seus autores sobre uma questão social relevante e que merece um debate profundo e longo? (<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/21/alerj-entra-com-acao-contra-editora-de-livro-que-contem-erro-de-portugues-924510064.asp>)

Para a procuradora da República Janice Ascari, está-se diante de um crime “contra nossos jovens... um desserviço à educação já deficientíssima no país”. Pois, sabe-se que ao final do ciclo escolar, no Brasil, 62% dos estudantes são incapazes de interpretar textos, onde

1 milhão de vagas abertas pelas empresas brasileiras não podem ser preenchidas por falta de profissionais qualificados.

A Abralín (Associação Brasileira de Linguística) defendeu, em nota oficial divulgada no dia 20 maio de 2011, o livro didático e afirmou que os críticos do livro "não tiveram sequer o cuidado de analisá-lo mais atentamente", e "pautaram-se sempre nas cinco ou seis linhas citadas".

De acordo com Maria José Foltran, presidente da Abralín e professora da UFPR - Universidade Federal do Paraná, o material tem como objetivo debater o uso da variação linguística para "ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado e nunca houve a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada", afirma a nota. A Abralín ainda ressalta que a linguística "não faz juízos de valor" sobre as variedades da língua, mas que constata que algumas dessas variedades têm "maior ou menor prestígio" entre a sociedade.

Mesmo com tanta polêmica, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que o MEC não recolheria o livro, distribuído a 484.195 alunos de 4.236 escolas. A Ação Educativa, organização responsável por elaborar o material, afirmou que o livro não deixa de ensinar a norma culta. Apenas indica que há "outras variedades diferentes" e disse que os exemplares foram avaliados positivamente por doutores em Educação do país.

Uma das autoras do livro didático, Heloisa Ramos, nega que a obra ensine o aluno a usar a norma popular da língua e disse em entrevista para "Poder Online", no dia 12 de maio de 2011, que apesar de ter um capítulo dedicado ao uso da norma popular, o livro não está promovendo o ensino dessa maneira de falar e escrever.

Para ela, a proposta da obra é que se aceite dentro da sala de aula todo tipo de linguagem, ao invés de reprimir aqueles que usam a linguagem popular.

Não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação. Por exemplo, na hora de estar com os colegas, o estudante fala como prefere, mas quando vai fazer uma apresentação, ele precisa falar com mais formalidade. Só que esse domínio não se dá do dia para a noite, então a escola tem que ter currículo que ensine de forma gradual
(<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao-somos-irresponsaveis-diz-autora-de-livro-com-nos-pegando/n1596948804100.html>)

De acordo com a professora, o livro didático foi elaborado por ela e por outros especialistas em língua portuguesa com base nas experiências que tiveram em sala de aula

após décadas de ensino. “Nossa coleção é séria, temos formação sólida e não estamos brincando. Não há irresponsabilidade da nossa parte”, afirma.

Ela acredita que, ao deixar claro que é tolerado todo tipo de linguagem, a escola contribui para a socialização e melhor aprendizado do estudante. “Quem está fora da escola há muito tempo é quieto, calado e tem medo de falar errado. Então, colocamos essa passagem para que ele possa sair da escola com competência ampliada”, diz.

Apesar de defender que o livro continue sendo adotado, a autora admite que é preciso que o professores entendam a proposta para não desvirtuar o que ele propõe. O material vai acompanhado de um livro guia ao professor e os parâmetros curriculares do MEC explicam a abordagem variada da língua, mas como os livros são distribuídos para escolas de todo o país, é difícil ter esse controle.

Marcos Bagno publicou no sítio “O Globo.com”, no dia 23 de maio de 2011, um artigo sobre a discussão em torno do livro didático "Por uma vida melhor" que segundo ele não passa de uma falsa polêmica e nomeia de “patente ignorância” o que impera nos nossos meios de comunicação a respeito de língua e de ensino de língua. Ignorância porque, segundo o linguísta, o tratamento da variação linguística, como fenômeno inerente a toda e qualquer língua humana, está presente no currículo educacional há pelo menos quinze anos, desde que foram publicados, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais, na primeira gestão do professor Paulo Renato à frente do Ministério da Educação. Esse dado factual, para ele, já deixa evidente que a acusação de que "isso é coisa de petistas" que querem "ensinar a falar errado como o Lula" não tem o menor fundamento, a não ser, de novo, a cabal ignorância dos que a pronunciam.

Por outro lado, para o Prof. Dr. Evanildo Bechara, Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e autor da *Moderna Gramática Portuguesa*, “a ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida e um obstáculo para o Brasil.”

A *Revista Veja*, edição 2219, ano 44, nº. 22, 01 de junho de 2011, publicou uma entrevista especial com ele intitulada “Em defesa da gramática”. Para o gramático, a defesa que foi feita do livro “Por uma Vida Melhor” decorre de um equívoco, há uma confusão de um problema de ordem pedagógica, que diz respeito às escolas, com uma velha discussão teórica da sociolinguística, que reconhece e valoriza o linguajar popular. Segundo ele, esse é um “terreno pantanoso” já que

Ninguém de bom-senso discorda de que a expressão popular tem validade como forma de comunicação. Só que é preciso que se reconheça que a língua culta reúne infinitamente mais qualidade e valores. Ela é a única que consegue produzir e traduzir os pensamentos que circulam no mundo da filosofia, da literatura, das artes e das ciências. A linguagem popular a que alguns colegas meus se referem, por sua vez, não apresenta vocabulário nem tampouco estatura gramatical que permitam desenvolver ideias de maior complexidade – tão caras a uma sociedade que almeja evoluir. Por isso, é óbvio que não cabe às escolas ensiná-la. (*Revista Veja*, 01 de junho de 2011, p. 21 e 24)

De acordo com Bechara (2011, p. 24), a norma culta de uma língua é um componente determinante da ascensão social e privar cidadãos disso é o mesmo que lhes negar a chance de progredir na vida. O linguísta italiano, Raffaele Simone, critica os populistas que, ao fazer apologia da expressão popular, contribuem para perpetuar a segregação de classes pela língua. Já que para ele, é justamente o ensino da norma culta que ajuda na libertação dos menos favorecidos.

Desse modo, para Bechara, “as teorias da sociolinguística jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia.” E afirma que esse “desserviço aos alunos e à sociedade como um todo só encontra eco no Brasil”, uma vez que nenhum país desenvolvido prega a desvalorização da norma culta na sala de aula ou inclui esse tipo de ideia nos livros didáticos.

O autor ainda diz que a norma culta bem falada persiste como um valor nas sociedades modernas.

No auge da democracia clássica grega, valorizava-se tanto a oralidade que nas primeiras disciplinas que uma criança aprendia na escola eram lógica, gramática e retórica. Em Roma, os inimigos do estadista e filósofo Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a. C.) mataram-no e sua língua teria sido cortada como vingança contra seu poder como orador. [...] Apesar das frequentes incorreções, Lula faz parte do grupo de políticos com grande poder de retórica. Os erros o aproximam do povo, uma vez que, como ele, a maior parte dos brasileiros também passa ao largo da norma culta. Isso faz com que se identifiquem com seu discurso. Não significa que as pessoas devam tê-lo como modelo. (*Revista Veja*, 1º de junho de 2011, p.24)

Para o linguísta, as línguas mais difundidas no mundo são justamente aquelas mais avançadas do ponto de vista gramatical: o francês e o inglês. “Quanto mais a norma culta de uma língua é praticada, mais esse idioma e sua gramática evoluem.” Assim, um país que se pretende globalizado não pode se dar o direito de empobrecer seu idioma e estamos atrasados

nessa área: a academia espanhola acaba de publicar uma gramática de 4.000 páginas. O volume mais extenso que temos no Brasil possui 1.000 páginas, um quarto do tamanho.

Sem dúvida, o domínio do idioma é resultado da educação de qualidade. Sabe-se que, infelizmente, o ensino do português nas escolas é deficiente e uma das razões recai sobre o evidente despreparo dos professores que, muitas vezes, antes de lecionarem a língua, não aprenderam o suficiente sobre a gramática. Além disso, não detêm uma cultura geral muito ampla nem tampouco costumam ler os grandes autores, como faziam os antigos mestres.

Outro problema apontado por Bechara é que a maioria desses professores não tem qualificação para o magistério. Só escolhe essa carreira porque, quando chega o momento de ingressar na universidade, ela é uma das menos concorridas no vestibular. A situação do mercado de trabalho também conspira contra a permanência dos melhores professores nas salas de aula. Por falta de incentivos, muitos abandonam o magistério para se empregar na iniciativa privada como revisores, tradutores e editores.

Portanto, dizer que o livro "ensina a falar errado" é uma inverdade, ele apresenta a seus usuários a realidade do português brasileiro em suas múltiplas variedades. Muitos bons resultados têm sido obtidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) quando, como preparação do terreno para ensinar-lhes as normas prestigiadas de falar e de escrever, mostramos-lhes que seu próprio modo de falar não é absurdo nem ilógico, mas tem uma gramática própria, segue regras tão racionais quanto as que vêm codificadas pela tradição normativa. Criando-se assim um ambiente acolhedor e culturalmente sensível, o aprendizado da tão reverenciada "norma culta" se torna menos traumático do que sempre foi. O repúdio ao tratamento da variação linguística na sala de aula é o secular repúdio contra todo esforço de democratização efetiva da nossa sociedade. Mas, a formação acadêmica de excelência dos professores se faz necessária para que eles entendam essa proposta e não a desvirtue. Isso não significa deixar de ensinar a norma-padrão, que goza de prestígio social e, por isso, abre portas para a ascensão social e/ou compreender que as críticas que faz à gramática tradicional não devem ser confundidas com um "vale tudo" linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que este estudo se refere a um tema complexo, uma vez que envolve questões de identidade, estigma, discriminação, preconceito, norma, prestígio social entre outros; quando não abordados de uma maneira adequada, em vez de promover a conscientização e o avanço da cidadania, podem gerar preconceitos e constrangimentos.

Por isso, é imprescindível conhecer, respeitar e trabalhar as variedades linguísticas de prestígio e também as variedades usadas pelos educandos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no seu dia a dia. Isso pode ser uma estratégia crucial para a integração dos alunos na vida escolar. Já que compreender em que medida as práticas de preconceito e intolerância se manifestam é o primeiro passo que pode dar alguém que as quer combater. Desse modo, reconhecer que os alunos não devem ser julgados pela linguagem que usam, mas pelo que efetivamente são, porque aprender outros modos de falar é só mais uma etapa na vida de alguém, cuja existência social é definida pela sua linguagem. Negar essa linguagem é negar toda a condição cultural que o constituiu como ser social.

Pode-se, contudo, perguntar: *o que é que a escola tem que fazer em relação ao ensino da língua materna?* Como a maioria da população brasileira não aprende em casa a norma culta e vai à escola obviamente falando seus dialetos de origem popular, é dever da instituição de ensino respeitar essa linguagem e fazer o aluno tomar, aos poucos, consciência de outras possibilidades linguísticas, *sem o preconceito de que o aluno de classe social baixa não vai aprender e sem, intolerantemente, construir discursos nesse sentido.* (Leite, 2008, p. 121)

Professores, estudantes e usuários em geral da língua devem saber reconhecer o preconceito e a intolerância linguísticos para, de um lado, atuar de maneira crítica e conscientemente diante de ocorrências desses fenômenos e, de outro, para ajudar a evitar sua manifestação. Tal atitude faz parte da formação integral do cidadão, pois é, também, indicativo de respeito pelas diferenças do outro.

Deve-se ressaltar, finalmente, que, se a intolerância e o preconceito na linguagem estão, em geral, bem camuflados nos discursos ou neles servem para esconder outras formas de intolerância, menos aceitas ou mesmo proibidas socialmente, o trabalho proposto põe à vista o que, no dizer de Guimarães Rosa, *estava tão claro como água suja.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jadione Cordeiro de. Variação na escrita escolar: discurso, relação de poder e interação. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2011/11/Almeida.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: EFPR, 2008.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. & VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo, Loyola, 52ª edição, 2009.

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo, Parábola, 2004.
- _____. **Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação.** São Paulo, Parábola, 2005.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** Tradução, prefácio: Sérgio Miceli. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRASIL MEC/SEB. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEB, 1998.
- _____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEB, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GNERRE, M.. **Linguagem, escrita e poder.** 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução: Marcos Bagno *et alii*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.
- LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução.** Tradução: Marilda Winkler Averburg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimento.** 7ª edição. Campinas: Pontes, 2007.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB)/Mercado de Letras, 2005.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo, Ática, 1997.